“O homem é o lobo do homem”, frase onusta de simbolismo, atribuída a Hobbes, é, no entanto, um original de Plauto, dramaturgo romano, “Homo homini lupus”, referido em latim na peça “Asinaria”.

Não obstante, foi a partir de Leviatã que a mesma se tornou um clássico, sobretudo pela forma como Thomas Hobbes (1588-1679) a convocou para caracterizar o comportamento humano, em estado natureza, de tendencialmente egoísta e violento e justificar a existência de um Estado autoritário.

Por sua vez, Jean-Jacques Rousseau (1712-1788) viu o homem de forma totalmente distinta. De facto, em “O contrato social” Rousseau caracterizou o homem de natureza essencialmente boa, apontando a sociedade como fonte de corrupção e desigualdade. Densificou Rousseau, que os homens nascem livres e bons, mas são corrompidos por imperativos sociais, que através do poder legislativo do Estado prescrevem leis e regras injustas e desiguais, pervertendo a liberdade e a igualdade natural.

Desta forma, ambos autores concorreram com imagens fortes para destacarem elementos típicos do comportamento humano. Um fê-lo para justificar a subordinação a qualquer preço do homem ao interesse coletivo; o outro, por seu lado, procurou afirmar os valores da igualdade e liberdade individual, característicos de um Estado de direito democrático.

Pese embora a sociedade atual seja tendencialmente rousseauniana, simultaneamente crescem as desigualdades sociais que minam o alcance pleno desse desígnio. Com efeito, segundo Mosca (1939) quanto mais desigual for uma sociedade, maior é a probabilidade de formação de elites, oligárquicas, capazes do exercício desequilibrado e autoritário do poder.

Na prática, constata-se que os sistemas atuais de representação política, desenvolvidas no pressuposto de harmonizar os interesses das elites políticas, e não só, com as necessidades das massas, por estas representadas, têm-se revelado tarefa hercúlea.

Há mesmo quem refira ser um obstáculo intransponível. Por exemplo, Michels (1971) recusa reconhecer a existência de uma verdadeira democracia em sociedades de massas. Efetivamente, após ter estudado os sistemas políticos alemão e italiano, o autor concluiu que os partidos políticos, inclusivamente os considerados socialistas, em tempo algum podem ser totalmente democráticos; porquanto, pouco tempo depois da sua fundação entram em processo de transmutação identitária para as designadas oligarquias políticas, em busca da

ascensão ao poder e, sobretudo, da perpetuação no exercício do mesmo, enquanto organizações que se impõem às maiorias desorganizadas.

Destarte, para Michels independentemente do quadrante ideológico, o domínio das elites, ou oligarquias, sobre a restante sociedade, é fatal como o destino. Trata-se de uma espécie de ”lei de ferro” que vigora dentro de qualquer organização mesmo democrática, decorrente das ”necessidades/fragilidades táticas e técnicas” da organização social.

De acordo com Mosca, não é imperativo que assim seja. Mas, para o efeito é necessário criar condições para o desenvolvimento de uma sociedade civil esclarecida, bem organizada, dotada de instituições reputadas e interventivas, capaz de concorrerer com o Estado na disputa e partilha do poder, afastando eventuais pretensões domínio absoluto das massas indoutas e facilmente instrumentalizadas.

À guisa de conclusão, dependendo do contexto talvez todos homens possam ser umas vezes lobos, outras cândidos, mas, pior do que isso, é ser instrumental.

Referências

Michels, R. (1971). Les partis politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties. Paris: Flammarion.

Mosca, G. (1939 [1896]). The ruling class. New York: McGraw-Hill.